

# INTERSECCIONALIDADE E MOVIMENTO FEMINISTA: UMA ANÁLISE ENTRE OS CONCEITOS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

*INTERSECTIONALITY AND FEMINIST MOVEMENT: AN ANALYSIS BETWEEN THE CONCEPTS OF GENDER, RACE AND CLASS*

*Bibiana de Paiva*

Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, MG, Brasil. E-mail: bibianaterra@yahoo.com

*Larissa Faria de Souza*

Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, MG, Brasil. E-mail: larissa\_faria\_souza@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v2i1.47>

Recebido em: 12.01.2021

Aceito em: 28.01.2021

**Resumo:** Ao longo da história, mulheres brancas, negras e de classes diversas foram oprimidas de diferentes maneiras. Desse modo, é necessário compreender que o movimento feminista precisa abranger não apenas as questões de gênero, mas também de raça e classe, entre outras, pois o machismo não é a única opressão sofrida pelas mulheres. Diante disso, o trabalho tem como objetivo central fazer uma análise teórica do movimento feminista, da interseccionalidade e de como as opressões de gênero, raça e classe atravessam umas às outras na vida das mulheres. Para tanto, adota a metodologia da pesquisa bibliográfica, desenvolvendo estudo exploratório com base em material já elaborado. Traz como resultados que é preciso repensar e incluir intersecções como uma necessidade do movimento feminista.

**Palavras-chave:** Feminismo. Movimentos Feministas. Mulheres. Gênero. Interseccionalidade.

**Abstract:** Throughout history, white, black, and diverse class women have been oppressed in different ways. Thus, it is necessary to understand that the feminist movement needs to cover not only gender issues, but also race and class, among others, since machismo is not the only oppression suffered by women. Given this, the main objective of the work is to make a theoretical analysis of the feminist movement, of intersectionality and of how oppressions of gender, race and class cross each other in the lives of women. To this end, it adopts the methodology of bibliographic research, developing an exploratory study based on material already prepared. As a result, it is necessary to rethink and include intersections as a necessity of the feminist movement.

**Keywords:** Feminism. Feminist movements. Women. Genre. Intersectionality.



## 1 Introdução

**D**urante muito tempo, e até mesmo ainda hoje, o movimento feminista afirmou que todas as mulheres são oprimidas. Essa afirmação está correta, elas são. No entanto, esse tipo de afirmativa costuma deixar de considerar importantes fatores como raça, classe, orientação sexual, nacionalidade, entre tantos outros. Isso porque o sexismo é, sem dúvidas, um sistema de dominação institucionalizado, porém, este nunca foi capaz de determinar, unicamente, o destino das mulheres (HOOKS, 2019e, p. 32).

Nesse sentido, é preciso compreender que, embora o objetivo central do movimento feminista seja o fim do machismo e a igualdade para todas as mulheres, a opressão de gênero, ou seja, a misoginia, não é a única opressão a qual elas estão sujeitas. Sendo assim, o feminismo não pode deixar de considerar questões que envolvem classe, raça e outras opressões, sendo que ele precisa considerar as intersecções entre essas opressões, pois somente assim esse será um movimento que alcançará todas as mulheres (RIBEIRO, 2018, p. 47).

Diante disso, refutar o ideal da mulher universal é necessário para que o feminismo possa alcançar a todas e, por isso, a importância de se considerar a interseccionalidade. Para que esse seja um movimento que considere todas as mulheres, não se pode falar em “mulher” e considerar que, assim, já se está falando de todas elas. As mulheres possuem pontos de partida diferentes, elas são oprimidas de modos diferentes, pois, apesar de estarem unidas pelo gênero, outras especificidades as separam (RIBEIRO, 2018, p. 53).

Durante muito tempo, o termo “mulher” usado nos discursos das feministas se referia apenas às experiências das mulheres brancas, de classe média ou alta e heterossexuais, como se essa fosse uma totalidade. No entanto, é preciso compreender que esse tipo de discurso acaba por excluir e silenciar a existência individual de muitas mulheres (DAVIS, 2016, p. 43-56). Assim, nesse contexto, o feminismo acreditava que podia definir uma categoria universal da mulher, ignorando suas especificidades e intersecções.

Nesse sentido, é preciso compreender a necessidade de se retirar determinadas pautas feministas da invisibilidade e analisá-las sob uma perspectiva interseccional. Desse modo, será então possível abandonar análises simplistas e romper com o discurso da “mulher universal”, que serve apenas para manter a estrutura patriarcal da sociedade e continuar oprimindo mulheres. Isso porque mulheres brancas são oprimidas por serem mulheres, mas privilegiadas por serem brancas. Já as mulheres negras sofrem a opressão por seu gênero e por sua raça, ou seja, existe um atravessamento de opressões.

É fundamental considerar a interseccionalidade no pensamento feminista. Esse foi um termo que surgiu a partir das formulações da autora afro-americana Kimberlé Crenshaw e auxilia na compreensão de que diversos grupos sociais estão em posições vulneráveis, na medida em que esses sofrem múltiplas e simultâneas opressões. Sendo assim, gênero, raça, sexualidade, nacionalidade, classe, etc., precisam ser analisados em suas sobreposições (CRENSHAW, 2004, p. 9-10). O conceito da interseccionalidade, conforme foi cunhado, permite dar visibilidade às múltiplas formas de “ser mulher”, sem que se caia na ideia de que há um único modelo de mulher ou uma “mulher universal”.

Partindo dessa compreensão, esta pesquisa reconhece a importância e a necessidade de uma abordagem interseccional do feminismo para que seja possível repensar os direitos de todas

as mulheres e a sua igualdade. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo central fazer uma análise teórica do movimento feminista, da interseccionalidade e de como as opressões de gênero, raça e classe atravessam umas às outras na vida das mulheres.

Para que seja alcançado esse objetivo geral, esse artigo encontra-se dividido em três objetivos específicos, quais sejam: primeiramente, apresentar o conceito de interseccionalidade a partir, principalmente, das formulações de Crenshaw; a seguir, analisar a vertente do movimento feminista negro e as suas principais reivindicações e críticas; e, por fim, analisar a necessidade e a importância de um pensamento feminista que seja interseccional.

Diante disso, o intuito desse artigo é apresentar, a partir de uma pesquisa bibliográfica das teorias interseccionais feministas, uma contextualização que possibilite entender a importância que uma análise interseccional pode ter para novas formas de compreensão do pensamento feminista, de uma forma que rompa com a invisibilidade das mulheres negras. Desta forma, é importante apresentar o pensamento feminista a partir do viés da interseccionalidade, evidenciando a acumulação de opressões – gênero, raça e classe – e os seus impactos no pensamento feminista.

Nesse sentido, a presente pesquisa procurou fazer uma investigação teórica para explorar as relações de raça, de gênero e também de classe a partir da compreensão de teóricas feministas como Angela Davis, bell hooks, Kimberlé Crenshaw, entre outras. Tendo evidenciado a relação de diferentes opressões e os seus impactos para as mulheres, esse artigo buscou apresentar a necessidade de um pensamento feminista que seja interseccional. Para a sua construção, foi adotada a metodologia da pesquisa bibliográfica, a partir dos textos e obras desenvolvidos pelas autoras acima mencionadas.

## **2 Interseccionalidade: mais do que a soma de distintas desvantagens**

Interseccionalidade é um termo que foi cunhado pela autora afro-americana Kimberlé Crenshaw e que auxilia na compreensão de que diferentes grupos sociais estão em posições vulneráveis, pois sofrem múltiplas e simultâneas opressões e, assim, se encaixam em mais de um tipo de identidade que é historicamente subordinada. Nesse sentido, gênero, raça, classe, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, etc., precisam ser analisados em suas diversas sobreposições. Para Crenshaw, através da interseccionalidade, seria possível compreender as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação, tais como sexismo, racismo e patriarcalismo (CRENSHAW, 1989, p. 139-140).

A partir do marco teórico do feminismo negro norte-americano, Crenshaw procurou, inicialmente propondo a interseccionalidade como uma metáfora e em seguida como um conceito provisório, discutir as questões relativas ao acesso de mulheres negras norte-americanas ao mercado de trabalho e desenvolver um marco analítico capaz de compreender as particularidades relativas à violência específica que afetava esse grupo nos Estados Unidos. Neste sentido, a autora entendeu que a ferramenta da interseccionalidade seria o meio ideal para fazer esse tipo de análise, pois assim ela poderia perceber os demais eixos de subordinação aos quais as mulheres estavam inseridas, cada qual em seu contexto (CRENSHAW, 1989, p. 139-140).

Sendo assim, a interseccionalidade compreende não apenas as questões de gênero, mas também a raça, a região, classe, entre outros. Diante disso, e a partir da formulação de Crenshaw (CRENSHAW, 1989, p. 139-140), é possível entender que os conceitos de gênero e raça interagem com outras categorias diversas e, nesse sentido, são determinantes nas experiências

vividas por diferentes mulheres em seus contextos diversos. Desse modo, a interseccionalidade enfatiza a natureza simultânea de opressões, conforme explica Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Nesse sentido, ela ajuda na compreensão de que diferentes pessoas podem experimentar, simultaneamente, desvantagens e privilégios através de seus *status* combinados de raça, classe e gênero. Assim, ao analisar os fatores de classe social e raça como fatores que se interseccionam e subjetivam corpos, é possível perceber um amplo campo de problematizações, o qual possibilita compreender exclusões advindas de diferentes marcadores sociais (HOOKS, 2019b, p. 17-29). Assim também é a compreensão de Kyrillos (2020, p. 1):

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem.

Além disso, pode-se compreender que o conceito de interseccionalidade surgiu no bojo da crítica feminista para resgatar que o cruzamento de diferentes marcas produz distíntas formas de desigualdade. O termo foi cunhado pela afro-americana Kimberlé Crenshaw em 1989, mas só ganhou notoriedade nos anos 2000, e pode ser entendido como uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar sobre a inseparabilidade estrutural entre racismo, patriarcalismo, capitalismo e as suas articulações decorrentes disso (AKOTIRENE, 2019, p. 18-19).

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo antes da formulação teórica de Kimberlé Crenshaw, já existiam discursos que denotavam características interseccionais. Embora tenha sido ela a autora que primeiramente formulou esse conceito, há, desde o século XIX, a partir do discurso “E eu não sou uma mulher?” de Sojourner Truth, mulher negra e ex-escrava, até análises de autoras contemporâneas como Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez criticando o feminismo branco, ocidental e de classe média por ignorar as intersecções entre classe e raça no movimento feminista e, assim, não levar em conta as possíveis outras opressões a que as mulheres negras e de outras minorias estavam submetidas.

Desse modo, a interseccionalidade é importante para enfatizar a natureza simultânea de diferentes opressões. Diferentes pessoas podem experimentar simultaneamente desvantagens e privilégios, através de seus *status* combinados de raça, classe e gênero. Ao analisar os fatores de classe social e raça como fatores que se interseccionam e subjetivam corpos, é possível perceber um amplo campo de problematizações, o qual possibilita compreender exclusões advindas de diferentes marcadores sociais (HOOKS, 2019b, p. 29-36).

Diante disso, cumpre ressaltar que é necessário romper com uma visão monolítica de análise e valorizar a interseccionalidade como uma ferramenta que possibilita avaliar diferentes contextos e teorias, sendo que essa leva em consideração perspectivas que consideram as intersecções entre

distintas categorias além do gênero. Assim, a interseccionalidade é capaz de lidar com mais de uma forma de opressão e discriminação simultaneamente presentes (KYRILLOS, 2020, p. 1-2).

Partindo desse entendimento, os processos discriminatórios não são mais compreendidos de modo isolado, nem mesmo propõem uma mera soma de discriminações, mas sim, levam em conta a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e, diante disso, buscam compreender as condições específicas que deles resultam (KYRILLOS, 2020, p. 1-2).

Nesse sentido, a autora Kimberlé Crenshaw apresenta o conceito de interseccionalidade fazendo uso de uma metáfora de intersecção. Inicialmente, ela faz uma analogia, apontando que vários eixos de poder – sejam de raça, etnia, gênero, classe, entre outros – se constituem em avenidas que estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos. Essas vias podem ser então definidas como eixos de poder que são, ao mesmo tempo, diferentes e mutuamente excludentes. Ou seja, o racismo é diferente do patriarcalismo, que, por sua vez, se distingue da opressão de classe (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A consequência para as mulheres que estão posicionadas nessas intersecções é que elas podem ser atingidas por múltiplas opressões ao mesmo tempo. Segundo Crenshaw, a visão tradicional das discriminações costuma operar de modo a excluir as sobreposições. Assim, por exemplo, no caso das mulheres negras, as discriminações raciais e de gênero são colisões que afetam o mesmo corpo, pois elas sofrem tanto por seu gênero quanto por sua raça. No entanto, ao desconsiderar as sobreposições dessas opressões e levar em conta apenas a raça ou o gênero, a opressão vai continuar marcando a vida daquela mulher (CRENSHAW, 2004, p. 10-12).

Diante disso, o conceito de interseccionalidade, como foi originalmente formulado, permite dar visibilidade às múltiplas formas de “ser mulher” sem reduzi-las a um modelo unificador comum, a um modelo universal de mulher. Além disso, também pode ser entendido como um conceito sociológico que estuda as interações nas vidas das minorias, entre as diversas estruturas de poder (AKOTIRENE, 2019, p. 34-35). Nesse sentido, o feminismo interseccional reconhece que diferentes grupos de mulheres têm especificidades múltiplas e camadas de vida com as quais precisam lidar com o racismo e o sexismo, além de outras opressões que não apenas a de gênero.

Além de autoras como Crenshaw, Davis e Hooks, Judith Butler também reconhece que o conceito de gênero se intersecta com diversas outras modalidades de identidades constituídas discursivamente – sejam elas de raça, de classe, étnicas, sexuais, entre outras – motivo que torna impossível separar gênero das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado. Nesse sentido, tanto a perspectiva de gênero como a de raça e a de classe são marcações que atravessam o sujeito político do feminismo (BUTLER, 2018, p. 17-24) e assim precisam então ser consideradas por ele.

Sendo assim, no que diz respeito ao enquadramento das diversidades que estão submersas na categoria mulheres, Judith Butler argumenta que, “além das ficções ‘fundacionalistas’ que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo mulheres denote uma identidade comum” (BUTLER, 2018, p. 17-24). Assim, a universalização de termos como feminismo e mulheres é também posta em evidência por Butler, já que tais categorizações deixam de fora as marcações e especificidades que tentam abarcar.

Mulheres em diferentes contextos enfrentam diferentes tipos de opressões. A autora

americana Angela Davis também chama a atenção para a experiência de mulheres brancas de classe média com as opressões sexistas, ao abordar que essas se dão de uma forma isolada de questões econômicas e raciais. Já as mulheres da classe trabalhadora experimentam um sexismo que está marcado pelo contexto da exploração de classe. E as mulheres negras, por sua vez, vivenciam a opressão de gênero nas circunstâncias do racismo (DAVIS, 2017, p. 37). Sendo assim, as opressões atravessam umas às outras na vida de todas mulheres, não havendo apenas um modelo de ser mulher.

Diante disso, é preciso compreender que não se pode falar de interseccionalidade sem abordar o feminismo negro, sendo que uma das contribuições centrais deste foi justamente questionar a universalidade do patriarcado como sistema de dominação das mulheres, que encobriu as experiências corporais e sexuais das mulheres negras, marginalizando-as como mulheres e reduzindo-as apenas a sua raça, deixando de considerar a opressão de gênero.

### **3 As mulheres negras e o movimento feminista: a opressão vai além do gênero**

Conforme abordado, a interseccionalidade, enquanto conceito teórico acadêmico e com delimitações mais precisas, surgiu somente no final da década de 1980, a partir das formulações de Crenshaw, nos Estados Unidos. Contudo, como será possível observar a partir de agora, a sua origem é anterior à sua nomeação, sendo, portanto, decorrente dos diversos debates e das muitas lutas travadas pelas mulheres negras dentro dos movimentos feministas.

No início da década de 1990, passou a ser identificado um novo período do movimento feminista. As mulheres passaram a questionar o próprio movimento, percebendo que esse considerava apenas as experiências que representavam mulheres da classe média e brancas. Elas começaram a questionar a falta de uma análise mais ampla e que incluísse outras formas de opressão – isso não significa que anteriormente as mulheres não tenham feito esse tipo de questionamento, no entanto, foi somente nesse momento que isso veio à tona (RIBEIRO, 2018, p. 44-47).

Sendo assim, fica demonstrado que as determinações sobrepostas das desigualdades de gênero, classe e raça não aparecem no feminismo dos séculos XVIII e XIX da forma como passaram a ser desenvolvidas por parte das feministas posteriores. As críticas trazidas por algumas feministas desse momento foram desenvolvidas a partir do pensamento de Judith Butler e surgem no sentido de mostrar que o “discurso universal” é excludente (BUTLER, 2018, p. 17-24), porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes.

O termo “mulher”, usado até então nos discursos feministas, com frequência se referiam apenas às experiências das mulheres brancas, de classe média ou alta e heterossexuais, como se essa fosse uma totalidade, relegando ao silêncio e ao ocultamento a existência individual de muitas outras mulheres (RIBEIRO, 2018, p. 44-47). Diante disso, nesse contexto, o movimento feminista acreditava que podia definir uma categoria universal da mulher, ignorando suas diversas especificidades e intersecções.

A escritora estadunidense Angela Davis foi uma das autoras que melhor abordou essa temática. Em sua obra ‘Mulheres, Raça e Classe’, publicada originalmente em 1981 e traduzida no Brasil pela primeira vez em 2016, ela aborda como, desde a escravidão, as mulheres vivenciam experiências e tratamentos diferentes. Para Davis (2016, p. 45):

O lugar das mulheres era mesmo em casa – mas não apenas porque elas pariam e criavam as crianças ou porque atendiam às necessidades do marido. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros. Quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais. No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviços de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. E era inevitável que houvesse resistência.

Nesse sentido, para as mulheres negras, na crescente ideologia da feminilidade do século XIX, o papel das mulheres como mães protetoras, como parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos era enfatizado, enquanto as mulheres negras eram praticamente vistas como anormais, já que essas eram, em sua maioria, mulheres que estavam acostumadas com os trabalhos árduos que haviam sido impostos pela escravidão e que, mesmo após o seu fim, a sociedade continuava a impor. Desse modo, não havia outras oportunidades de sobrevivência para as mulheres negras em uma sociedade profundamente marcada pelo racismo e pelo sexismo.

Esse local específico no qual encontravam-se as mulheres negras, mesmo quando o movimento feminista passou a se expandir nos Estados Unidos e reivindicar pelos direitos das mulheres, fez com que a participação delas dentro do movimento fosse pautada por diversos momentos de silenciamento e opressão. A dominação das mulheres brancas no movimento feminista e a falta de empatia de grande parcela delas fez com que, muitas vezes, elas fossem incapazes de perceber o quanto as principais bandeiras do feminismo naquele momento ignoravam as experiências e pautas das mulheres negras, que não eram exatamente as mesmas das mulheres brancas.

Em uma análise retrospectiva histórica, é possível compreender que, muitos anos antes, houve uma corajosa tentativa de demonstrar que existiam muitas formas de ser mulher naquela sociedade, sendo que essa decorreu de Sojourner Truth. Mulher negra e ex-escrava, ela fez um dos discursos mais famosos da luta antirracista e antissexista. Truth, que foi escrava por 40 anos e viveu outros 40 como uma mulher livre, subiu ao palco na primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres nos Estados Unidos, em 1852 e discursou, conforme apontou Scheneir (1972, p. 94):

Este homem diz que as mulheres necessitam da ajuda dos homens para subirem nas carruagens, cruzar as ruas, e que devem ter o melhor lugar em todas as partes. Mas a mim ninguém me ajuda a subir em carruagens, nem me deixam o melhor lugar. Por acaso eu não sou uma mulher? Olhem-me! Olhem meus braços! Eu arei e plantei e colhi e nenhum homem era melhor do que eu! E por acaso eu não sou uma mulher? (...) tive treze filhos e os vi serem vendidos como escravos e enquanto eu chorava com a dor de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouvia! E por acaso eu não sou uma mulher?

A importância do discurso de Sojourner Truth é enorme para o movimento feminista como um todo e, em especial, para os feminismos negros. Nesse contexto, é preciso compreender sobre a necessidade de que, ao se falar em mulheres, deve-se sempre perguntar de que mulheres se fala, uma vez que elas não podem ser vistas como uma categoria unitária, um bloco único, já que possuem diferentes pontos de partida. Sendo assim, percebe-se a importância de não

universalizar essa categoria, sob o risco de se manter na invisibilidade aquelas mulheres que combinam ou entrecruzam opressões (RIBEIRO, 2018, p. 123).

Com esse entendimento, o cotidiano das relações sociais de gênero – desde o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, emprego mal pago e dependência econômica, até a violência sexual e a exclusão das mulheres de centros-chave de poder político e cultural –, ganha novos significados à medida que deixam o domínio da verdade absoluta para ser questionados e enfrentados pelo pensamento feminista.

Nesse sentido, chama-se a atenção para a necessidade de não se universalizar as questões referentes às mulheres, particularmente as negras, uma vez que essa é uma categoria diversa e que diz respeito ao modelo de sociedade que se busca construir. Desse modo, “mulheres negras vêm historicamente pensando a categoria mulher de forma universal e crítica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades e diversidades de ser mulher” (RIBEIRO, 2018, p. 123).

Sendo assim, as mulheres negras se uniram para trazer para o centro do debate feminista o gênero associado às categorias de raça e classe, fragmentando o discurso da mulher universal. Nesse sentido, as novas teorias e vertentes feministas que passam a surgir a partir de então buscam fazer uma reformulação das estruturas sociais, através da abolição de opressões impostas às mulheres negras (CARNEIRO, 2011, p. 119-122). Essa também é a compreensão de Hooks (2019e, p. 18):

Hoje em dia é tão comum para a militância feminista evocar a tríade gênero, raça e classe social que as pessoas frequentemente se esquecem de que, no início, a maior parte das pensadoras feministas, muitas delas brancas e provenientes de classes privilegiadas, era refratária a essa perspectiva. As pensadoras feministas radicais/revolucionárias que queriam falar sobre gênero com base na tríade raça, sexo classe social eram chamadas de traidoras e acusadas de destruir o movimento mediante uma mudança de foco.

Desse modo, é evidente que até aquele momento o próprio movimento feminista tratava a vida das mulheres de forma coletiva, como se todas, fossem elas de diferentes raças e classes ou não, vivessem os mesmos problemas e estivessem expostas à mesma forma de opressão (CARNEIRO, 2011, p. 119-122). Assim, nesse contexto, destaca-se que houve momentos na história e desenvolvimento do movimento feminista em que as mulheres tiveram que reivindicar por igualdade entre elas mesmas, mulheres brancas e negras, chamando a atenção para as suas especificidades, principalmente aquelas que diziam respeito a raça e classe. Diante disso, foi a partir de uma análise interseccional que se iniciou um processo de desconstrução do modelo universal de mulher.

O feminismo negro pode ser entendido como um movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras que estão envolvidas no combate às desigualdades e no intuito de promover mudanças sociais. Essa vertente do feminismo não tem o intuito de separar as mulheres, sendo que o seu objetivo é procurar entender as especificidades de cada grupo social, pois compreende que a sua universalização foi feita tendo como base a representação da mulher branca de classe média, o que demonstra a exclusão das mulheres negras dentro do próprio feminismo (RIBEIRO, 2018, p. 45-46).

Nesse sentido, ao longo da história do movimento feminista, as mulheres nem sempre tiveram suas pautas de reivindicação iguais, nem sempre elas queriam reivindicar pelas mesmas

coisas. Um exemplo que pode elucidar essa questão diz respeito às reivindicações das mulheres dos Estados Unidos para poderem trabalhar fora de casa e sem autorização de seus maridos. Essa nunca foi uma reivindicação das mulheres negras e pobres, pois estas já estavam inseridas nesse cenário (RIBEIRO, 2018, p. 45-46). Sendo assim, essa era uma pauta apenas das mulheres brancas, no entanto, elas queriam que essa fosse a luta principal do movimento feminista naquele momento.

Sendo assim, durante muito tempo, as questões das mulheres negras foram em grande parte negligenciadas, denotando a invisibilidade da categoria raça como marcador social. Desse modo, ao se estudar mulheres e feminismo, é importante que se questione de que mulheres se está falando, de qual feminismo e para quem ele se aplica, pois as mulheres não são constituídas em um bloco único, elas possuem pontos de partida diferentes. Assim, a existência de um feminismo interseccional é fundamental para que não se universalize a categoria mulheres, pois isto serve apenas para manter a invisibilidade daquelas que entrecruzam opressões.

#### **4 Por um feminismo que seja interseccional**

A história do movimento feminista é marcada pela união e distanciamento das mulheres brancas e negras. Por exemplo, quando as mulheres brancas e, na maioria das vezes, de melhores classes sociais, começaram a lutar pelo direito à educação e por uma carreira fora de casa, as mulheres negras ainda buscavam se livrar das amarras que os longos anos de escravidão haviam deixado. Sendo assim, os seus interesses divergiam (DAVIS, 2016, p. 107-116).

É fundamental compreender que, de acordo com Crenshaw, para resolver o problema da invisibilidade da mulher negra quanto aos processos de exclusão e marginalização, não basta incluí-las em uma já estabelecida estrutura de análise. Isso se dá porque a experiência interseccional é maior do que o racismo e o sexismo pensados separadamente, conseqüentemente, uma análise que não tome em consideração a interseccionalidade não será capaz de lidar com a situação particular de subordinação que é imposta às mulheres negras (CRENSHAW, 1989, p. 140).

A autora bell hooks aborda que uma revolução feminista não acabará com a opressão machista se não acabar também com o racismo, o elitismo e o imperialismo, pois compreende que não adianta um grupo de mulheres se libertar da dominação masculina se existirem outros grupos de mulheres que continuem sendo explorados (HOOKS, 2019c, p. 15). Sendo assim, gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classicistas, étnicas, sexuais, regionais, entre outras, sendo que essas intersecções não podem ser hierarquizadas, pois uma opressão não pode ser superior à outra.

Sendo assim, essa autora chama a atenção para a necessidade de um pensamento feminista que seja interseccional, sendo que ela faz um importante chamado à desconstrução da masculinidade e atenta aos mecanismos do discurso racista dentro da luta feminista e das posições misóginas dentro do movimento negro. Ela aborda sobre a importância de se ter um comprometimento com o combate unificado entre todas as formas de opressão (HOOKS, 2019d, p. 186-198).

Nesse sentido, o feminismo interseccional defende um recorte de gênero, de condição de gênero, de etnia, de classe, de orientação sexual, entre outros, pois reconhece que as mulheres não sofrem todas juntas as mesmas opressões e que nem sempre a mulher está em situação

de desvantagem nas relações de poder na sociedade, pois estas não se configuram somente no sistema patriarcal, tendo em vista que existem outros sistemas de opressão que envolvem etnia, classe, sexualidade, ou outros (HOOKS, 2019d, p. 120-121).

De fato, os feminismos negros e suas diversas expressões em distintos países têm em comum o fato de que trazem novos elementos para as discussões realizadas dentro do feminismo tido como hegemônico, seja enquanto movimento social, seja enquanto campo teórico-científico. Os feminismos negros, em certa medida, desestabilizam alguns dos pressupostos nos quais se fundamentava o feminismo hegemônico existente até então.

Esse feminismo que acusa mulheres negras de quererem segregar o movimento é amparado pelo conceito da mulher universal, desconsiderando que nem todas elas estão expostas à mesma forma de opressão. Essas acusações de segregação partem dos setores mais alienados do feminismo, podendo ser interpretadas como tentativas de desqualificação da mulher negra da esfera social e política (RIBEIRO, 2019, p. 13). As feministas precisam compreender que, independentemente da vertente em que escolherem atuar (entre elas, feminismo liberal; marxista; radical; negro), elas fazem parte de um movimento que é social e coletivo.

Diante disso, destaca-se que o feminismo interseccional surgiu, assim, como um feminismo da diferença, como uma crítica e reação ao que hoje é conhecido como “feminismo branco” ou “feminismo liberal”, movimentos feministas que têm como ênfase as experiências das mulheres brancas e burguesas. Por isso que se atribui, dentro do movimento feminista, a origem do feminismo interseccional à luta das mulheres negras para dar visibilidade a outras formas de opressão. Assim, suas pautas específicas começaram a ser mais impulsionadas dentro do movimento feminista (LORDE, 2019, p. 235-236).

Nesse sentido, o feminismo interseccional reconhece que diferentes grupos de mulheres têm especificidades múltiplas e camadas de vida com as quais precisam lidar com o racismo e o sexismo, além de outras opressões. Nesse contexto, a interseccionalidade tenta evidenciar que o feminismo que é apenas branco, de classe média e cisgênero não representa o movimento feminista em toda a sua diversidade, precisando contemplar as experiências de diferentes mulheres, que enfrentam múltiplas opressões em suas vidas (AKOTIRENE, 2019, p. 34-35).

Lançar mão da interseccionalidade é, nesse cenário, fundamental para fugir de interpretações reducionistas e/ou essencialistas e para não ignorar outras formas de opressão. Assim, o feminismo interseccional propõe uma relação entre os conceitos de gênero, raça e classe, demonstrando que cada mulher, dentro do contexto em que vive, tem o seu histórico e suas especificidades. Dessa forma, não há como pensar em mulher como um conceito universal, pois cada uma delas possui o seu próprio ponto de partida (RIBEIRO, 2018, p. 44-47).

Nesse sentido, pode-se compreender quanto à necessidade do pensamento feminista de abranger as diferentes opressões e entender que as lutas contra essas opressões atravessam umas às outras, sendo que, para lutar contra uma forma de dominação, não há como ser conivente com quaisquer outras dominações existentes. Dessa forma, o movimento feminista ganharia muito através dessa intersecção entre feminismo, antirracismo e luta de classes, fundamentais para entender como o machismo e o racismo estrutural se acumulam (RIBEIRO, 2018, p. 44-47).

Diante disso, destaca-se a necessidade de uma análise interseccional dos movimentos feministas, pois a ideia da mulher universal, ou mesmo de um feminismo universal, ignora as

diversas categorias de mulheres existentes, e ignorar essas diferenças impede o feminismo de avançar na igualdade para todas as mulheres. Assim, a interseccionalidade mostra ser o caminho viável para entender que diferentes mulheres possuem diferentes pontos de partida, sendo que muitas delas acumulam opressões e é preciso que todas elas sejam contempladas pelo movimento feminista. Conforme aponta Kilomba (2019, p. 100):

Pode-se argumentar que, como processos, o racismo e o sexismo são semelhantes, pois ambos constroem ideologicamente o senso comum através da referência às diferenças “naturais” e “biológicas”. No entanto, não podemos entender de modo mecânico o gênero e a opressão racial como paralelos porque ambos afetam e posicionam grupos de pessoas de forma diferente e, no caso das mulheres *negras*, eles se entrelaçam. Na tentativa de comparar o sexismo e o racismo, as feministas *brancas* esquecem de conceituar dois pontos cruciais. Primeiro, que elas são *brancas* e, portanto, tem privilégios *brancos*. Esse fator torna impossível a comparação de suas experiências às experiências de pessoas *negras*. E, segundo, que as mulheres *negras* também são mulheres e, portanto, também experienciam o sexismo. Uma falha irônica, porém trágica, que teve como resultado a invisibilização e o silenciamento de mulheres negras dentro do projeto feminista global.

Desse modo, a interseccionalidade possibilita enxergar e entender que há uma colisão de estruturas, uma interação simultânea de avenidas identitárias, além da compreensão do fracasso do feminismo – liberal, branco e individualista – de contemplar as questões das mulheres negras, já que este reproduz racismo. Igualmente, também afirma essa falha vinda do movimento negro, pois este, em seu caráter machista, pensa apenas nas experiências dos homens negros e desconsidera as questões de gênero, as questões das mulheres negras (AKOTIRENE, 2019, p. 19). Por isso a importância de se considerar a interseccionalidade no pensamento feminista.

Nesse sentido, é fundamental compreender como as discriminações de gênero e as discriminações de raça operam juntas e limitam a vida de mulheres negras. As experiências das mulheres negras não podem ser analisadas de modo separado em categorias raciais e de gênero, sendo que ambas precisam ser abordadas a partir de um viés interseccional (CRENSHAW, 2004, p. 8). Nesse sentido, a interseccionalidade serve como resposta para a não hierarquização de opressões, além de demonstrar como o movimento feminista precisa considerar essas intersecções na vida das mulheres.

## 5 Considerações finais

Ao procurar atender o seu objetivo geral, esse artigo buscou contribuir para os estudos das relações de raça e gênero. Para tanto, alertou acerca da necessidade de um feminismo interseccional para a reflexão das articulações de raça e gênero no movimento e na teoria feminista. Se um dos objetivos do feminismo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além dessa opressão, sofrem também outras opressões relacionadas à sua raça e classe, é necessário incluir e pensar as intersecções como uma necessidade do feminismo, e não apenas como algo secundário.

Questionar o ideal da mulher universal é necessário para que o feminismo possa alcançar igualdade para todas. Por isso, é sempre relevante levar em conta as intersecções. Desse modo, tirar as pautas da invisibilidade e analisá-las sob uma perspectiva interseccional mostra-se fundamental para que se possa abandonar análises simplistas e para que se rompa com o discurso

da universalidade, que serve apenas para manter a estrutura patriarcal da sociedade e continuar oprimindo mulheres.

Ao relacionar os conceitos de gênero, raça e classe, o feminismo interseccional afirma não ser possível lutar contra uma opressão e ignorar as outras, pois, nesse sentido, a mesma estrutura opressiva seria reforçada. Sendo assim, esse não é um debate apenas de gênero, pois envolve também a necessidade de analisar como algumas identidades são rebaixadas, pois, em geral, as mulheres negras não são tratadas como as mulheres brancas e, assim, as suas pautas específicas acabam por não serem consideradas.

Sendo assim, ao abordar mulheres e feminismo, é importante que se questione de que mulheres se está falando, de qual feminismo e para quem ele exercesse aplica, pois elas possuem suas especificidades. A questão de gênero, associada à questão racial e de classe, representa um componente que agrava as dificuldades e opressões enfrentadas pelas mulheres e, conseqüentemente, elas sofrem múltiplas opressões, por serem mulheres, por serem negras, pela classe que ocupam, entre outras.

Diante disso, destaca-se a necessidade de uma análise interseccional dos movimentos feministas, pois a ideia da mulher universal, ou mesmo de um feminismo universal, ignora as diversas categorias de mulheres existentes, e ignorar essas diferenças impede o feminismo de avançar na igualdade para todas as mulheres. Assim, a interseccionalidade mostra ser o caminho viável para entender que diferentes mulheres possuem diferentes pontos de partida, sendo que muitas delas acumulam opressões.

Sendo assim, diante de todo o exposto, a pesquisa concluiu que o feminismo precisa ser interseccional, pois compreende que as mulheres negras são socializadas de modo diferente das brancas, pois não só o machismo as condiciona a serem oprimidas, mas o racismo também e, na maioria das vezes, também o sistema de classes, pois quem ocupa as posições mais desprivilegiadas na sociedade são as pessoas negras e, principalmente, as mulheres negras. Nesse sentido, os conceitos de gênero, raça e classe precisam ser analisados de maneira interseccional, para que se possa dar voz e representação às especificidades existentes no contexto de cada mulher.

## Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén Livros, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*: Vol. 1989: Iss. 1, p. 139-167, Article 8.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1,

p. 171-188, jan. 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, Bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019b.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luiza Libânio. 3 Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019c.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019d.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019e.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KYRILLOS, Gabriela M.. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén Livros, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHENEIR, Miriam. *Feminism, the essential historical writings*. New York: Vintage Books, 1972.